

AS TRÊS ORDENS RESIDUAIS N'OS SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA

LOS TRES ÓRDENES RESIDUALES EN EL SERTÓN DE EUCLIDES DA CUNHA

Cláudia de Socorro Simas Ramos¹
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2560-8708>

Cássia Maria Bezerra do Nascimento²
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7197-5898>

Enviado em: 20/02/2025

Aceito em: 20/03/2025

Publicado em: 18/06/2025

Resumo: Este estudo aborda a presença das três ordens residuais que figuram n'Os Sertões, de Euclides da Cunha. Os que rezam (*oratores*): n'Os Sertões, a devoção ao seu líder, Antônio Conselheiro, representante de Deus na terra. A segunda ordem, (*bellatores*), os que combatem, os cavaleiros cristãos que foram apoiados pela igreja e que representam, na narrativa euclidiana, a Armada do Bom Conselheiro, chamados "jagunços", que tinham, por isso, atribuição divina. E, os (*laboratores*), n'Os Sertões (2011) o mundo do trabalho, representado essencialmente pelos camponeses, cujas condições, apesar de penosíssima "são de uma fidelidade sem par", nas palavras do narrador. Percebe-se assim n'Os Sertões, de forma residual, a mesma servidão e existência de trabalho no modo feudal de produção, com suas economias rurais fechadas em oligarquias. Proporcionalmente, temos na funcionalidade política e econômica do sertanejo a dominação senhorial com sua extorsão brutal. Os Sertões (2011) nos remetem assim à possibilidade de um modelo cultural pautado nas três ordens da sociedade cristã medieval e, por isso, vemos na leitura da narrativa euclidiana uma lógica feudal.

Palavras-chave: Três Ordens. Oratores. Bellatores. Laboratores. Os Sertões.

¹ Doutorado em Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ (2019). Bolsista FAPEAM (2019) Mestre em Letras, Estudos Literários pela Universidade Federal do Amazonas UFAM (2017).

² Doutora em Sociedade e Cultura da Amazônia pela UFAM e Mestre e Letras pela UFC. Professora do DLLP e do Programa de Pós-graduação em Letra da UFAM.

Resumen: Este estudio aborda la presencia de los tres órdenes residuales que aparecen en *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Los que rezan (oradores): en *Os Sertões*, devoción a su líder, Antônio Conselheiro, representante de Dios en la tierra. La segunda orden, (bellatores), los que luchan, los caballeros cristianos que estaban apoyados por la iglesia y que representan, en la narrativa euclidiana, la Armada del Buen Consejero, llamados “yagunços”, que por tanto tenían atribución divina. Y, los (laboratores), en *Os Sertões* (2011) el mundo del trabajo, representado esencialmente por campesinos, cuyas condiciones, a pesar de ser sumamente dolorosas, “son de una fidelidad incomparable”, en palabras del narrador. Así, la misma servidumbre y existencia de trabajo en el modo de producción feudal se puede ver en *Os Sertões*, con sus economías rurales encerradas en oligarquías. Proporcionalmente tenemos en la funcionalidad política y económica del sertanejo la dominación señorial con su brutal extorsión. *Os Sertões* (2011) nos lleva así a la posibilidad de un modelo cultural basado en los tres órdenes de la sociedad cristiana medieval y, por tanto, vemos una lógica feudal en la lectura de la narrativa euclidiana.

Palabras Clave: Tres Órdenes. Oradores. Bellatores. Laboratorios. Los Sertões.

As três ordens: *Oratores, bellatores laboratores*

Este estudo aborda a presença das três ordens residuais que figuram n` *Os Sertões* de Euclides da Cunha : Os que rezam (*oratores*), no caso d`*Os Sertões* a devoção ao seu líder Antônio Conselheiro, representante de Deus na terra, a segunda ordem, (*bellatores*), os que combatem, os cavaleiros cristãos que foram apoiados pela igreja e que representam na narrativa euclidiana a Armada do Bom Conselheiro chamados “jagunços”, que tinham atribuição divina por esse motivo, de acordo com Elizabeth Martins (2009), “a instituição da nobreza também implica na formação de cavalaria e, sobretudo acercavam-se de combatentes a cavalo”. E, os (*laboratores*), que temos como exemplificação n` *Os Sertões* (2011) o mundo do trabalho, representado essencialmente pelos camponeses, cujas condições, apesar de penosíssima “são de uma fidelidade sem par” (Cunha, 2011). Percebe-se assim n`*Os Sertões*, de forma residual, a mesma servidão e existência de trabalho no modo feudal de produção, com suas economias rurais fechadas em oligarquias. Proporcionalmente, temos na funcionalidade política e econômica do sertanejo a dominação senhorial com sua extorsão brutal. *Os Sertões* (2011) nos remetem assim à possibilidade de um

modelo cultural pautado nas três ordens da sociedade cristã medieval, e por isso, vemos na leitura da narrativa euclidiana uma lógica feudal.

O sertão nos remete à possibilidade de um modelo cultural pautado nas três ordens para explicar as três ordens funcionais, a sociologia carolíngia alimenta-se em uma segunda fonte antiga viva: a lembrança dos esquemas classificatórios romanos. Quando, como e porque a tripartição funcional de tipo indo-europeu revelado por Georges Dumézil (função mágico religiosa; função guerreira; fecundidade e tradição) foi adaptada a uma teoria cristã de organização de sociedade. “A construção política carolíngia elaborou-se em profundo mimetismo com o Império Romano, cujas estruturas políticas procurou-se cristianizar” (Le Goff, 2006, p. 308). É sociedade cristã medieval, das quais, temos, na primeira ordem, os que rezam (*oratores*) e são os representantes da igreja com seus eclesiásticos. Percebemos que essas representações figuram também n’*Os Sertões*: “do final do século XVII ao nosso, em Pombal, no Cumbe, em Bom Conselho e Monte Santo, etc., perseverantes missionários, de que é modelo belíssimo Apolônio Todi, continuaram até nossos dias o apostolado penoso” (CUNHA, 2011, p. 109). Proporcionalmente, Silvana Andrade (2009) também ressalta a importância dos capuchinhos:

Dos missionários capuchinhos, destacaram-se frei Apolônio Di Todi e frei Vitale da Frascolo. O primeiro instalou-se na Bahia, na vila de Monte Santo, em 1760, e lá construiu as 25 estações da Via Sacra, para onde atraiu romeiros em peregrinação. Observe-se que, a Monte Santo chegara, em 1874, o monge leigo Antônio Conselheiro para concretizar seu projeto de fundar um arraial messiânico. Frei Vitale da Frascolo, entre 1810 e 1820, dando continuidade à atividade apostolar de Frei Di Todi, reforça sua pregação nas passagens proféticas, no ascetismo e na retidão de conduta. (Andrade, 2009, p. 53-54)

Notamos, tanto no trecho acima, como na narrativa euclidiana que os elementos medievais foram trazidos para o Nordeste no começo da colonização, adaptando-se residualmente ao novo ambiente, isto é, construindo-se num processo de cristalização:

O que a Teoria da Residualidade chama de “cristalização”. É o refinamento de um elemento do passado que está ativo no presente, e que está ativo exatamente porque se adaptou naturalmente ao novo ambiente. Entenda-se “refinamento” não como algo que se tornou melhor, mas como algo que se adaptou há outro tempo e/ou espaço, adaptação possível graças às trocas culturais sempre ocorridas com o passar dos séculos. (Soares; Miranda; Martins, 2012, p. 03)

Observamos assim, que esse refinamento dos elementos residuais no sertão, tem como representação da primeira ordem medieval não apenas os bispos e os eclesiásticos legitimados pelo estado, mas, principalmente, seus líderes locais, missionários e beatos carismáticos. Notamos também que o clero se afastou do povo por não ver com bons olhos o catolicismo “rústico” dos camponeses e sua religiosidade espontânea, que dispensavam a assistência dos ministros ordenados, colocando em primeiro plano o respeito aos missionários e beatos com seu imaginário messiânico que se cristalizaram na formação do homem sertanejo:

Considerando as agitações religiosas do sertão e os evangelizadores e messias singulares, que, intermitentemente, o atravessam, ascetas mortificadores de flagícios, encalçados sempre pelos sequazes numerosos, que fanatizam que arrastam, que dominam, que endoudecem – espontaneamente recordamos a face mais crítica da alma portuguesa, a partir do século XVI. (Cunha, 2011, p. 42)

Esse refinamento cristalizou-se com novas atitudes no sertão, pois a autoridade não era mais pautada nos eclesiásticos e bispo da Igreja, mas na mentalidade elaborada no começo da colonização pela igreja, que reforçava uma conduta de retidão disciplina e o autocontrole rigoroso do corpo e do espírito, um caminho imprescindível em direção a Deus. Assim, notamos que o sertanejo respeitava mais seus líderes locais, por demonstrarem de forma extraordinária essas virtudes, do que a igreja constituída pelo Estado; como podemos observar no capítulo denominado “Retrato do Conselheiro”, no qual Euclides da Cunha descreve a chegada do Frei Capuchinho João Evangelista mandado para o Arraial de Canudos com a missão de dispersar o povo, a cena é a seguinte:

“aproveitei a ocasião de estarmos quase a sós e disse-lhe que o fim a que eu ia era todo de paz e que assim muito estranhava só enxergar ali homens armados e não podia deixar de condenar que se reunissem em lugar tão pobre tantas famílias entregues à ociosidade, num abandono e misérias tais que diariamente se davam de 8 a 9 óbitos. Por isto, de ordem, e em nome do Sr. arcebispo, ia abrir uma santa missão e aconselhar o povo a dispersar-se e a voltar aos lares e ao trabalho no interesse de cada um e para o bem geral”.

Esta intransigência, este mal sopitado assomo, partindo a finura diplomática nas arestas rígidas do dogma, não teria, certo, o beneplácito de S. Gregório — o Grande — a quem não escandalizaram os ritos bárbaros dos saxônios; e foi um desafio imprudente.

“Enquanto isto dizia, a capela e o coro enchiam-se de gente e ainda não acabara eu de falar e já eles a uma voz clamavam:

Nós queremos acompanhar o nosso Conselheiro!” (Cunha, 2011, p. 208-209)

No que se refere à citação acima, notamos que o povo demonstra maior respeito e devoção ao seu líder Antônio Conselheiro, do que pelo padre Capuchinho mandado pela igreja para dispersar o povo do Arraial de Canudos. O próprio Capuchinho se impressiona com a figura de Antônio Conselheiro: “o rosto comprido de uma palidez quase cadavérica; o porte grave e ar penitente impressionaram grandemente os recém-vindos” (Cunha, 2011, p. 208).

Da mesma forma, compõe-se na sociedade sertaneja, residualmente, a segunda ordem, os que combatem (*bellatores*), conforme Jacques Le Goff (2007) abaixo da nobreza aparece, também no ano mil, e de maneira mais clara e mais massiva, um outro tipo social: o cavaleiro. Provém do *miles* e é definido tanto no Império Romano como entre os bárbaros romanizados por estes termos que indica simplesmente uma função, a guerra (o mile é um soldado), mas que evolui pelo ano 1000 e designa, muitas vezes ligado a um castelo e ao senhor, “uma elite combatente especializada no combate a cavalo e dedicando-se, ao lado dos verdadeiros combates, ao serviço do senhor, à prática que são ao mesmo tempo divertimento e treinamento, os torneios” (Le Goff, 2007, p. 82).

Por esse motivo, de acordo com Elizabeth Martins (2009), “a instituição da nobreza também implica na formação de cavalaria [...] e, sobretudo acercavam-se de combatentes a cavalo”, além de “ministeriais para ajudá-los em serviços domésticos,

políticos, administrativos e militares" (Martins, 2009, p. 276). Observamos n'*Os Sertões* essa mesma cristalização do jagunço, "uma tradução justalinear quase do iluminado da Idade Média" (Cunha, 2011, p. 58). O que, de forma comparativa, configura-se também como resíduo feudal:

O que é o feudalismo? Uma disseminação de castelos. Em cada um deles, um senhor responsável pela ordem em torno da Fortaleza. Para tanto, mantém um bando de 20, 30 homens de guerra com seus cavalos. E que fazem eles? Defendem a região, mas a exploram, tentam tirar dela tudo o que podem. (Duby, 1999, p. 111)

Garantindo, assim, uma única lei: a vontade do proprietário, mesmo que cumprida através de atrocidade e violência, pois, de acordo com Queiroz (1976b), o relativo isolamento em que se achavam estes agrupamentos humanos favorecia as lutas de família e a autoridade dos coronéis se instituía, basicamente, na capacidade de fazer cumprir suas decisões, ainda que pela força. Tais situações resultavam, frequentemente, na formação de bandos armados, em especial quando o coronel que liderava contava com as graças do governo; por esse motivo, conseguia mobilizar mais gente e gozar da impunidade perante o poder. Entre os diversos termos para nomear o "valentão" que se põe a serviço do seu compadrio coronel ou de quem lhe paga, temos expressões como cabras, capangas, e outros, mas o termo jagunço se destaca. Segundo Queiroz (1976b):

Jagunço parece termo específico do Nordeste [...] associado à sociedade rústica brasileira dividida em grandes grupos de parentelas que procuravam dominar localidades, zonas e até regiões inteiras. Os capangas, os jagunços foram instrumento para esta dominação. No trabalho de Wilson Lins, refletindo a sociedade de "pastores e guerreiros" que surgiu no Médio S. Francisco, era o jagunço temente à lei que só pega em armas sob a responsabilidade de um chefe. Este aspecto o distingua do bandido e do cangaceiro que desprezavam e afrontavam a lei. O Jagunço ao contrário, era o homem que, sem abandonar o seu roçado ou o seu curral de bois de cria, participa de lutas armadas ao lado de amigos ricos ou pobres. (Queiroz, 1976b, p. 220)

Quanto ao significado da palavra jagunço, o emprego mais antigo que encontramos, ainda de acordo com Queiroz (1976b), foi feito por Franklin Távora em seu romance *O Matuto*, publicado em 1878, e que se passa no interior de Pernambuco, significando no romance uma arma, sinônimo de “varapau” ou de “chuço pesado”. Conforme Queiroz (1976b), Luís da Câmara Cascudo, em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro* se “refere ao termo jagunço com essa mesma utilização e explica que jagunço é “chuço”, “pau ferrado” (Cascudo in Queiroz, 1976b, p. 218).

No *Dicionário de Língua Portuguesa* do filólogo, professor, tradutor, ensaísta e crítico literário brasileiro Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1960), o registro do termo está no sentido de “chuço”, mas acrescenta também o sentido de “capanga”. Afirmado que o registro da palavra também utiliza o sentido de “chuço”, acrescentando que esse sentido é assim utilizado nos Estados de Pernambuco e Alagoas.

A palavra jagunço já existia conforme explica Queiroz (1976b), no interior da Bahia em 1881 com o significado “pau ferrado”. Vemos em Caldas Aulete, no *Dicionário* publicado em Lisboa, que o autor já dizia que era um termo brasileirismo, significando “valentão”, “guarda-costas” de “fazendeiro” ou de “senhor de engenho”. (Aulete In Queiroz, 1976b, p.219). De acordo com o historiador e antropólogo Câmara Cascudo, encontra-se essa mesma definição no *Dicionário de Vocábulos Brasileiros* publicado em 1889 de Visconde de Beaurepaire-Rohan:

O Visconde ajuntava que o termo era peculiar à Bahia. Quanto a Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, sua definição tem bastante ambiguidade nada fala de valentão ou de capanga quando expressamente se refere a ele; registra com o sentido de “chuço”, mas ao dar definição de capanga, jagunço é um dos sinônimos que aponta - e aí concorda então com Beaurepaire-Rohan e com Caldas Aulete (Cascudo in Queiroz, 1976b, p. 220)

Para Queiroz (1976a) de um modo geral, as lutas de parentelas nas diversas regiões brasileiras dominaram o cenário no inicio do povoamento; mais tarde, principalmente depois da Independência instalada, os chefes de parentela ampliaram

seu poder e se tornaram chefes políticos. Tratava-se, portanto, de um poder emanado da força militar, da capacidade de manter um certo número de homens em armas, mobilizados dentro de suas parentelas. É a partir desse momento que aparecem dois tipos de jagunços, o da parte do clã ou dos grupos de parentes que oferecem seu braço defensor por lealdade, e, num outro caso, mercenários que recebiam uma paga. O termo “jagunço” segundo Queiroz (1976b) apareceu no âmbito nacional fortemente ligado a uma região, a Bahia, trazido por Euclides da Cunha na Campanha de Canudos:

Um acontecimento histórico trouxe-o para o âmbito nacional, modificando- lhe o significado: durante a campanha de Canudos foram chamados “jagunços” os adeptos de Antônio Conselheiro: É este o sentido único que dá explicitamente Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, em 1960, além de “chuço”, dizendo: indivíduo do grupo de fanáticos e revolucionários de Antônio conselheiro na Campanha de canudos – Bahia. Câmara Cascudo por sua vez, registra os três significados – de arma, de capanga e de adepto de Antônio Conselheiro, sem dizer que algum deles sobrepuje o outro (Queiroz, 1976b, p 221)

Conforme Queiroz (1976b), ao “folhear os documentos sobre a campanha de Canudos, ressalta o abundante emprego do termo para nomear os fiéis do Bom Jesus Conselheiro” (Queiroz, 1976b, p. 221). Euclides da Cunha foi o que traçou realmente o retrato do jagunço. Segundo Queiroz (1976b), “o grande escritor travou conhecimento com o termo antes de chegar ao teatro da luta-sinal de que era já ele corretamente empregado nas notícias a respeito do movimento”. E, foram estes os traços marcantes que Euclides descreve n’*Os Sertões* sobre os jagunços, de acordo com Queiroz (1976b):

a) O “jagunço” é um tabaréu, isto é, um habitante da caatinga e não um habitante de vilas e cidades; nestas são encontrados também crentes de Antônio Conselheiro, porém não são chamados de jagunços; b) o jagunço é um vaqueiro e se apresenta “vestido de couro curtido, das alpercatas solidas ao desgracioso chapéu de abas largas e afeiçoado aos arriscados lances da vida pastoril; nos cerrados quase impenetráveis , caminha zombando dos espinhos que não lhe rasgam sequer as vestimentas rústica; c) o jagunço é um guerrilheiro astuto, audacioso e valente, fulminando (o inimigo) do recesso das brenhas ou abrigado pelos imensos blocos de granito... d) o jagunço é também crente fervoroso da santidade de seu chefe “uma tradução justalinear quase do *iluminado* da Idade Média. O mesmo desprendimento pela vida e a mesma indiferença pela morte, dão-lhe o mesmo

heroísmo mórbido e inconsciente de hipnotizado e impulsivo (Queiroz, 1976b, p. 223)

Dessa forma, temos segundo Queiroz (1976b), a dimensão religiosa da palavra jagunço, que não permaneceu restrita apenas aos adeptos do Conselheiro, ao contrário do que diz textualmente Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, “o termo se estendeu a outros movimentos messiânicos” (Queiroz, 1976b, p.223). Isso significa, igualmente conforme nossas leituras sobre *Os Sertões*, que a palavra jagunço estendeu-se para o sentido remanescente de cavaleiro que na sua peregrinação busca a cidade santa, a Meca dos sertanejos que combatem em favor de um monge, de um santo, um beato. Conforme podemos notar na descrição sobre o comportamento do homem sertanejo feita por Euclides da Cunha, na extensa citação, abaixo:

Um único, talvez, se destaca sob outro aspecto, o de Bom Jesus da Lapa. É a Meca dos sertanejos. A sua conformação original, ostentando-se na serra de grimpas altaneiras, que ressoam como sinos; abrindo-se na gruta de âmbito caprichoso, semelhando a nave de uma igreja, escassamente aclarada; tendo pendidos dos tetos grandes candelabros de estalactites; prolongando-se em corredores cheios de velhos ossuários diluvianos; e a lenda emocionante do monge que ali viveu em companhia de uma onça – tornaram-no objetivo predileto de romarias piedosas, convergentes dos mais longínquos lugares, de Sergipe, Piauí e Goiás. Ora, entre as dádivas que jazem em considerável cópia no chão e às paredes do estranho templo, o visitante observa, de par com as imagens e as relíquias, um traço sombrio de religiosidade singular: facas e espingardas.

O clavineseiro ali entra contrito, descoberto. Traz à mão o chapéu de couro, e a arma à bandoleira. Tomba genuflexo, a fronte abatida sobre o chão úmido do calcário, transudante... E reza. Sonda longo tempo, batendo no peito, as velhas culpas. Ao cabo cumpre devotamente a promessa que fizera para que lhe fosse favorável o último conflito que travara: entrega ao Bom Jesus o trabuco famoso, tendo na corona alguns talhos de canivete lembrando o número de mortes cometidas. Sai desapertado de remorsos, feliz pelo tributo que rendeu. Amatula-se de novo à quadrilha. Reata a vida temerosa. (Cunha, 2011, p. 218)

Observamos, nessa citação, como o personagem do jagunço sertanejo representa o cavaleiro medieval na sua peregrinação em busca de relíquias, penitências e proteção nos lugares santos. Segundo Georges Duby (1985, p. 14), a peregrinação configura-se nas novelas de cavalaria com “sua verdade humana, conjugada com a

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap)
Macapá, v. 11, n. 1, 2025.

busca de uma verdade metafísica”. A peregrinação é uma prática penitencial, sendo precedida pelo ato condenável do pecado. Proporcionalmente, para Lênia Márcia Mongelli (1995) “o sentido etimológico de peregrinação deriva do substantivo latino *peregrinatione*”:

Cuja primeira ocorrência em Língua Portuguesa se deu por volta do século XVI, significa viajar ou andar por terras distantes. E como, nos tempos antigos, os móveis principais dos deslocamentos eram as guerras, o comércio e, principalmente as crenças religiosas, duas outras acepções se ligam aquela primeira: o ato de peregrinar significa também “ir em romaria por lugares santos ou de devoção” ou simplesmente “andar em peregrinação por, percorrer, viajando. O sentido que a novela de cavalaria atribui a peregrinar é o religioso – aquele dos antigos cristãos que viajavam por terras distantes quase sempre em busca de lugares santos, pois assim que no-lo definem “os homens boôs” que se pronunciaram a demanda para doutrinação de algum cavaleiro. (Mongelli, 1995, p. 29)

Segundo Adriana Zierer, “os cavaleiros cristãos foram apoiados pela igreja, buscando a atribuição divina, transformando-os em cavaleiros de Cristo através dos ideais das cruzadas, pois era preciso civilizar a nobreza, voltando a lhe inculcar os ideais das cruzadas” (Zierer, 2009, p. 95). Notamos, assim, o papel estruturador da igreja ao criar no imaginário medieval o modelo ideal dos cavaleiros que deveriam manter sua honra e castidade. Na narrativa d’Os Sertões, esses elementos residuais configuram-se não só nas indumentárias dos jagunços:

O seu aspecto recorda, vagamente, à primeira vista, o de guerreiro antigo exausto da refrega. As vestes são uma armadura. Envolto no gibão de couro curtido, de bode ou de vaqueta; apertado no colete também de couro; calçando as perneiras, de couro curtido ainda, muito justo, cosido às pernas e subindo até as virilhas, articuladas em joelheiras de sola; e resguardados os pés e as mãos pelas luvas e guarda-pés de pele de veado – é como a forma grosseira de um campeador medieval desgarrado em nosso tempo. (Cunha, 2011, p. 122)

Como igualmente vemos esses aspectos remanescentes na armada que protege o Bom Jesus, Antônio Conselheiro:

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap)
Macapá, v. 11, n. 1, 2025.

Canudos era o homizio de famigerados facínoras. Ali chegavam de permeio com os matutos crédulos e vaqueiros iludidos, sinistros heróis da faca e da garrucha. E estes foram logo os mais quistos daquele homem singular, os seus ajudantes de ordens prediletos, garantindo-lhe a autoridade inviolável. Eram, por um contraste natural, os seus melhores discípulos. A seita esdrúxula – caso de simbiose moral em que o belo ideal cristão surgia monstruoso dentre aberrações fetichistas – tinha os seus naturais representantes nos Batistas truculentos, capazes de carregar os bacamartes homicidas com as contas dos rosários. (Cunha, 2011, p.191)

Finalmente temos *laboratores*, o mundo do trabalho, representado essencialmente pelos camponeses, cujas condições, apesar de penosíssima “são de uma fidelidade sem par” (Cunha, 2011, p.126).

De acordo com Adriana Zierer e Bianca Messias (2013), temos nas três ordens a imagem ideal da Idade Média, segundo os *oratores*, a “mais perfeita criação de Deus na terra, em que a vida ganha sentido pela movimentação das leis divinas, [...] cada ordem obedecendo-as e desempenhando as suas funções sem contestações, de acordo com as regras estabelecidas pelos eclesiásticos para o bom ordenamento da sociedade” (Zierer; Messias, 2013, p. 130). Vejamos também o que afirmam os pesquisadores da teoria da Residualidade quanto ao imaginário medieval no sertão brasileiro:

O engenho brasileiro, portanto, foi uma continuação da mentalidade feudal europeia, um resíduo da maneira de pensar que se manteve ativo com o passar dos séculos, porque, afinal, é o senhor de engenho que decide e comanda tudo com autoritarismo, como também fizeram os senhores feudais. Entretanto, o resíduo não permaneceu da mesma forma que era na Idade Média, mas adquiriu nova roupagem [...] (Soares; Miranda; Martins, 2012, p. 06)

Em *Os Sertões*, segundo Raimundo Moreira, por seu turno:

Os republicanos também mergulharam as massas rurais vendeianas no Antigo Regime, tornando-as objeto inconsciente da opressão senhorial e do obscurantismo clerical, por estarem encravadas no horizonte estreito da fazenda e num território isolado do resto do país, remanescentes que testemunhavam os tempos condenados. (Moreira, 2007, p.125)

Assim, estenderam a ideia de dependência política e moral dos insurretos, com relação à autoridade tradicional, representado pelo poder dos nobres, que agiram em comum acordo com os padres. E é através da narrativa d'*Os Sertões* que Euclides denuncia essa mesma perspectiva acerca do conflito, pois havia razões mais profundas que justificavam a revolta como: o coronelismo das elites locais, o esquecimento político das elites quando a população menos assistida pelo Estado:

Como opulentos sesmeiros da colônia, usufruem, parasitariamente, as rendas de suas terras, sem divisas fixas. Os vaqueiros são-lhes servos submissos. Graças a um contrato pelo qual percebem certa percentagem dos produtos, ali ficam, anônimos – nascendo, vivendo e morrendo na mesma quadra de terra – perdidos nos arrastadores e mocambos; e cuidando a vida inteira, fielmente, dos rebanhos que lhes não pertencem. (Cunha, 2011 p. 126)

Da mesma forma, de acordo com Osvaldo Coggiola (2015), na Idade Média “os cultivadores, os servos da gleba, se achavam presos à pessoa e à terra do senhor, a quem deviam corveias ou outras prestações em trabalho ou em espécie”. E, “em troca, o senhor devia-lhes apoio e proteção contra os perigos externos à comunidade”. Portanto “o sistema feudal funcionava como uma espécie de seguro de vida natural” (Coggiola, 2015, p. 10).

Sendo o “direito de propriedade” da época, diverso da propriedade burguesa moderna, visto que “incluía um direito sobre a pessoa do vassalo; a vassalagem percorria a complexa escala social até o topo, através das suseranias, pelas quais os senhores eram vassalos de outros senhores superiores” (Bloch, 1939, p. 271).

Considerações finais

Concluímos, assim, que “o último degrau de inferioridade da escala social feudal era o servo, vinculado vitaliciamente com os seus familiares à pessoa do senhor e a terra na que vivia e trabalhava”. Logo, “todos os relacionamentos entre amos e subordinados da hierarquia feudal eram regidos por redes de *direitos naturais livres*”

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 11, n. 1, 2025.

(Coggiola, 2015, p. 10). Notamos na seguinte passagem d'*Os Sertões* essa mesma mentalidade sertaneja:

Deste modo, quando surge no seu logrador um animal alheio, cuja marca conhece, o restitui de pronto. No caso contrário, conservar o intruso tratando-os como os demais. Mas não o leva à feira anual, nem o aplica em trabalho algum; deixa-o morrer de velho. Não lhe pertence. Se é uma vaca e dá cria, ferra a esta com o mesmo sinal desconhecido, que produz com perfeição admirável; e assim pratica com toda descendência daquela. De quatro em quatro bezerros, porém separa um para si. É sua paga. Estabelece com o patrão desconhecido o mesmo convênio que tem com o outro. *E cumpre estritamente, sem juízo e sem testemunha, o estranho contrato, que ninguém escreveu ou sugeriu.* (Cunha, 2011, p.127, grifo nosso)

Percebemos n'*Os Sertões*, de forma residual, a mesma servidão e existência de trabalho no modo feudal de produção, com suas economias rurais fechadas em oligarquias. Proporcionalmente, temos na funcionalidade política e econômica do sertanejo a dominação senhorial com sua extorsão brutal, incluindo a vida privada dos camponeses. Portanto, vemos na leitura d'*Os Sertões* a lógica feudal, difundida principalmente no começo da colonização:

De Portugal viera para o Brasil o tipo de família patriarcal, que no Reino começara a decair sob o reinado de D. Manuel e que encontrou no Brasil, para revigorar e perdurar as seguintes condições: latifúndio e escravidão, que tornavam os chefes de família senhor sobre grande extensão de terra mal policiada e sobre grande quantidade de gente. (Queiroz, 1976a, p.45)

Temos, assim, no sertão a representação residual do senhor feudal, o coronel, que tanto na sua estrutura de parentelas, compadrios, como na sua forma de agir, explora seus subordinados numa dominação patriarcal senhorial, isto é, “sua permanência provinha de uma estrutura baseada no latifúndio e no que poderia chamar de família grande que procurava dominar localidades, zonas e até regiões inteiras” (Queiroz, 1976a, p. 33), e do mesmo modo que o senhor feudal tratava seus servos e vassalos, os coronéis tratavam, seus camponeses e vaqueiros, pois, reafirmando o que narra Cunha “herdaram velho vícios históricos, como os opulentos

sesmeiros da colônia, usufruem, parasitariamente das suas terras [...] os vaqueiros são-lhes servos submissos" (Cunha, 2011, p. 126). Neste item, por intermédio da leitura d'*Os Sertões*, demonstramos como o imaginário sertanejo está pautado nas três ordens medievais feitas pela nossa colonização e pela igreja, que contribuíram tanto para cristalização, como para o refinamento de uma mentalidade medieva no sertão; contribuindo, assim, para outro fator remanescente na sociedade sertaneja os estigmas atávicos da sua religiosidade do culto aos mortos, na qual "a terra é o exílio insuportável, o morto um bem-aventurado sempre" (Cunha, 2011, p. 145).

Georges Duby (1994), também analisa nas sociedades medievais essa ordem, dos que rezam, cuja base estaria na Igreja, instituição que também mediaria os conflitos e as tensões entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. E, por esse motivo, Euclides da Cunha também se impressiona com o "contagio da insânia" e de como a alma do matuto pode ir da extrema brutalidade ao máximo devotamento, como se os jagunços dos sertões tivessem como símiles os guerreiros medievais e suas mesmas orientações bárbaras, com seus ideais religiosos. Diante do exposto, notamos no sertão um cenário que corresponde residualmente ao panorama social do ano mil.

O ano mil é caracterizado por um sistema peculiar chamado feudalismo e seus laços de vassalagem e servidão. Isso significa dizer que as três ordens feudais representariam a vontade de Deus na Terra seriam "um sinal, algo sagrado que estaria ligado ao início do apocalipse nas suas três partes, o grupo de sacerdotes, os homens armados e os grupos dos produtores" (Le Goff, 2006, p. 308). As três ordens, portanto, formam o modelo de organização social feudal que através dos séculos cristalizou-se no sertão; construindo na mentalidade sertaneja por intermédio da igreja a ideia de que Deus definia a condição em que a pessoa veio ao mundo, cabendo a esta se manter naquele estamento social sem questionar. Nota-se essa mesma mentalidade nos dois missionários capuchinhos enviados a Canudos com a missão de dispersar o povo ali concentrado, a seguir:

– Senhor se é católico, deve considerar que a Igreja condena as revoltas e, “aceitando todas as formas de governo, nos ensina que os poderes constituídos regem os povos em nome de Deus”. Era quase, sem variantes, a própria frase de S. Paulo, em pleno reinado de Nero... (Cunha, 2011, p. 209)

Percebemos, assim, que na mentalidade sertaneja em primeiro lugar está Deus, e os clérigos - ou beatos, misto de sacerdote ou chefe dos jagunços, que através de sua vida virtuosa seriam exemplos de fé na terra -, cuja função é a oração, que os põe em ligação com o mundo divino e lhes dá um enorme poder espiritual na terra depois, os guerreiros e, nomeadamente, o novo estrato social dos que combatem a cavalo e que viria a transformar-se numa nova cavalaria, que protege pelas armas as outras duas classes. Finalmente, temos os *laboratores*, ou o mundo do trabalho constituído pelos camponeses e os vaqueiros, que por meio de uma exploração senhorial sustentam essas duas primeiras ordens.

Referências

- ANDRADE, Silvana Bento. *Caldeirão* [manuscrito]: resíduos do medievo na guerra dos beatos. 2009.269f. ; 31. Orientação: Profª. Drª. Elizabeth Dias Martins Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza (CE), 11 dez. 2009.
- AULETE, Caldas. Dicionário Contemporâneo da língua Portuguesa - Lisboa – Instituto Nacional do Livro-2 vols-1881 In: *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios* (por) Maria Isaura Pereira de Queiroz, São Paulo, Alfa Ômega, 1976b.
- BLOCH, Marc, Leopold Benjamin. 1886-1994. *Apologia da história, ou, O Ofício de historiador*/ Marc Bloch; prefácio, Jacques Le Goff, apresentação a edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz, tradução André Telles- Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro* – Rio de Janeiro – Instituto do livro 2 vols-1962 In: *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios* (por) Maria Isaura Pereira de Queiroz, São Paulo, Alfa Ômega, 1976b.

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 11, n. 1, 2025.

- COGGIOLA, Osvaldo L. A. *História do Capitalismo das Origens até a Primeira Guerra Mundial*. São Paulo, Livro eletrônico, 2015.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Análise literária de Araripe Júnior, prefácio de M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Abril, 2011.
- DUBY, Georges. (1961) "Histoire des mentalités". In: *L'histoire et ses méthodes*, p.65
- In: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. (Trad.). Nilo Odalia. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- _____. *Ano 1000, ano 2000, na pista de nossos medos*. São Paulo. Editora UNESP, 1999.
- _____. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa. Editora: Estampa 1994.
- _____. *Idade Média, Idade dos homens: do amor e outros ensaios*. Tradução de Jônatas Batista Neto – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *A Sociedade Cavaleiresca* - Lisboa: editorial teorema, 1985.
- MARTINS, Elizabeth Dias. *A literatura oral no Brasil*, editora Itatiaia Op. Cit p.21-22 – SP- São José do Rio Preto, 1984. In: MARTINS, Elizabeth Dias. *O cordel nordestino e os resíduos do culto Mariano medieval*. In: *Modernidade e tradição na literatura brasileira: diversidades regionais*. OLIVEIRA, Irenísia Torres de, e SIMON, Iumna Maria. (Organizadoras). São Paulo: Nankin, 2010.
- _____. *O Medievalismo Residual em O Guarani de José de Alencar* In: Encontro Internacional de Estudos Medievais (7, 2007 julho Fortaleza - CE, Brasil). Anais do VII Encontro Internacional de Estudos Medievais - Idade Média: Permanência, atualização, residualidade / organizado por Roberto Pontes e Elizabeth Dias Martins-fortaleza / Rio de Janeiro UFC / ABREM, 2000
- MONGELLI, Lênia Márcia de Medeiros. *Por Quem peregrinam os Cavaleiros de Artur* São Paulo - Editora: Íbis Ltda. 1985.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *A nossa Vendéia: o imaginário social da Revolução Francesa na construção da narrativa de Os sertões*. UNICAMP Campinas, SP: [s.n.], 2007. Orientador: Ítalo Arnaldo Tronca.

LE GOFF, Jacques. “Prefácio”. In: BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006. A edição francesa: 2004.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: *Ibidem*, p. 18.

_____. *As raízes medievais da Europa*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Editora: Vozes, 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo* (por) Maria Isaura Pereira de Queiroz; prefácio: Roger Bastide. 2 ed.rev. e aum. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976a.

_____. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios* (por) Maria Isaura Pereira de Queiroz, São Paulo, Alfa Ômega, 1976b.

_____. *O campesinato brasileiro* (por) Maria Isaura Pereira de Queiroz, São Paulo, Editora Vozes, 1976c.

_____. “O coronelismo numa interpretação sociológica”. In: *História geral da civilização brasileira*, 2^a ed. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III, 1º volume. SOARES, Jéssica Thais Loiola; MIRANDA, Leonildo Cerqueira; MARTINS, Elizabeth Dias. Resíduos do Feudalismo Medieval em A Bagaceira - Universidade Federal do Ceará. Disponível: http://www.uece.br/eventos/semanadehistoria/anais/trabalhos_completos/7-12577-27062012-101724.pdf. Acesso em: 24 julho de 2022.

ZIERER, Adriana, *Galaaz e Lancelot: Dois modelos distintos de cavaleiros Medieval* In: Encontro Internacional de Estudos Medievais (7,:2007 julho Fortaleza - CE, Brasil).Anais do VII Encontro Internacional de Estudos Medievais- Idade Média: Permanência, atualização, residualidade/organizado por Roberto Pontes e Elizabeth Dias Martins- fortaleza/Rio de Janeiro UFC/ABREM, 2009.

_____. MESSIAS, Bianca Trindade. “O mundo da cavalaria do século XIII na concepção de Ramon Llull Roda da Fortuna”. *Revista Eletrônica sobre*



AntiguidadeMedievo. 2013, Volume 2, Número 2, pp. 128-154. ISSN: 2014-7430.
Disponível em: <www.revistarodadafortuna.com>. Acesso em: 13 julho de 2019.

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap)
Macapá, v. 11, n. 1, 2025.